



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**Audiência Pública sobre a Conscientização Escolar
do Femicídio e da Violência Doméstica**

(4º PERÍODO DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA)

Em 17 de agosto de 2022, às 9 horas, no Plenário Léo Franklin, sob a coordenação da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Audiência Pública para tratar da Conscientização Escolar do Femicídio e da Violência Doméstica. Presentes os vereadores: Cláudia Fernandes Batista, João Francisco Silva, Rogério Lima Avelino, Zesiel Ribeiro da Silva, Flamarion de Oliveira Amaral, Marcio Renê Gomes de Sousa, Ricardo Seidel Guimarães, Aurélio Gomes da Silva e Whelberson Lima Brandão. Neste ínterim, o presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, convidou a vereadora Cláudia Fernandes Batista a proceder à leitura do *Salmo 37* da *Bíblia Sagrada*. A seguir, o presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, João Francisco Silva, declarou aberta a Audiência Pública Sobre a Conscientização Escolar do Femicídio e da Violência Doméstica. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, João Francisco Silva, procedeu à composição da Mesa, que ficou formada pela proponente da Audiência Pública, vereadora Cláudia Fernandes Batista, o vereador Rogério Lima Avelino, a procuradora geral do Município, Alessandra Belfort Braga, a secretária-adjunta da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Alana Carlos Ferreira Duarte, a secretária municipal de Políticas para a Mulher, Eva Messias da Silva Luz, a diretora da Casa da Mulher Maranhense, Simona Sâmia de Azevedo, a chefe do Departamento de Femicídio, delegada Wanda Moura Leite, e a coordenadora da Casa Abrigo da Mulher, Ana Gabriela Freitas. Também participaram do evento, a diretora da Casa da Mulher, Suzan Lucena Rodrigues, a coordenadora das Delegacias da Mulher, Kazumi Tanaka, a titular da Delegacia da Mulher, Alanna Sousa Lima, a presidente e a coordenadora da Comissão da Mulher da OAB, respectivamente Cristhiane Maria de Jesus Ribeiro e Gabriela Ferraz, a conselheira e a presidente da Comissão de Valorização da Advocacia dessa instituição, respectivamente Karla Araújo Silva e Joyce Machado, a secretária-adjunta da Mulher da Região Tocantina, Ana Cristina Costa Porta, a juíza de paz Luziane Lucena Sousa Oliveira, a comandante da Patrulha Maria da Penha, capitã Aline Meyrelen Melo da Silva, e a psicóloga Luciana Silva Abreu. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, João Francisco Silva, mencionou o fato gerador do evento, que fora o Ofício nº 25/2022-GAB, de 20 de julho último, da vereadora Cláudia Fernandes Batista, que solicitava o agendamento, para 17 de agosto, de Audiência Pública sobre a Conscientização Escolar do Femicídio e da Violência Doméstica. Ao se dirigir à Tribuna, a vereadora Cláudia Fernandes Batista procedeu à leitura de texto sobre casos de violência contra a mulher e feminicídios ocorridos em Imperatriz e outras cidades de várias regiões do Brasil, assim como sobre dados relativos a esses crimes e sequelas físicas e psicológicas, muitas vezes permanentes, de que padeciam as vítimas. A seguir, a vereadora Cláudia



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Fernandes Batista lastimou o sofrimento causado não somente às vítimas, mas também a órfãos da criminalidade praticada contra a mulher, criminalidade que classificou de monstruosa. Nesta oportunidade, a vereadora Cláudia Fernandes Batista frisou a relevância da assistência prestada às mulheres vítimas de violência familiar pelas instituições componente da rede de proteção específica, após o que comunicou que apresentara à Secretaria da Câmara Municipal o Projeto de Lei [Nº 1234/2022] Maria da Penha Vai à Escola, que previa a realização de semana anual de conscientização de estudantes sobre a necessidade de se posicionar contra a opressão a que eram submetidas muitas mães. A esse respeito, a vereadora Cláudia Fernandes Batista se reportou às dificuldades com que se defrontava a causa da mulher, a propósito do que enfatizou a importância do firme posicionamento de todos quantos tivessem a necessária sensibilidade em favor da causa da defesa e proteção da mulher. Ao se dirigir à Tribuna, a secretária-adjunta da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Alana Carlos Ferreira Duarte, declarou que era com emoção que integrava o movimento contra a violência contra a mulher, momento em que destacou a grande extensão das consequências dessa criminalidade e ressaltou a necessidade do debate e conscientização da sociedade a esse respeito, sobretudo a partir das escolas públicas. Logo depois, ao se manifestar da Tribuna, a presidente da Comissão da Mulher da OAB, Gabriela Ferraz, assinalou a relevância da conscientização, principalmente das crianças, sobre a problemática da violência contra a mulher, momento em que relatou caso de estudante cuja professora identificara quadro depressivo quando tomara conhecimento de que sua retração em sala de aula se devia à agressão física de que havia sido vítima sua mãe. Nesta ocasião, a presidente da Comissão da Mulher da OAB, Gabriela Ferraz, conclamou a todos a se empenharem na defesa da inclusão no currículo escolar de conteúdos destinados à conscientização dos estudantes sobre a gravidade da questão da violência doméstica. Ao se pronunciar da Tribuna, a procuradora geral do Município, Alessandra Belfort Braga, lembrou que começara a ser elaborado havia seis meses o projeto de realização no Município da "Semana Maria da Penha Vai à Escola", que previa a realização de programação anual de conscientização de estudantes sobre a necessidade de se posicionar contra a opressão a que eram submetidas muitas mães, o que havia sido levado ao conhecimento do secretário municipal de Educação, José Antônio Pereira Silva. Nessa perspectiva, a procuradora geral do Município, Alessandra Belfort Braga, alertou que eram alarmantes os sucessivos casos de violência contra a mulher, de modo que competia a todos o compromisso com a causa da mulher, incluindo-se a inclusão no currículo escolar de conteúdos conscientizadores dos estudantes, de maneira que se tornassem autênticos cidadãos. Por fim, a procuradora geral do Município, Alessandra Belfort Braga, declarou estar certa de que os vereadores eram sensíveis à causa da mulher e aprovariam o Projeto de Lei Maria da Penha Vai à Escola. Instantes depois, ao se dirigir à Tribuna, a diretora da Casa da Mulher Maranhense, Simona Sâmia de Azevedo, parabenizou a vereadora Cláudia Fernandes Batista pela iniciativa



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

da proposição do Projeto de Lei Maria da Penha Vai à Escola, a propósito do que frisou a relevância da ampliação do debate sobre a questão da violência contra a mulher, sobretudo a partir das escolas, com vistas à construção de nova mentalidade que abrangesse o respeito à dignidade humana da mulher, requisito essencial ao rompimento do ciclo de violência contra a mulher. Em seguida, ao fazer uso da palavra, a delegada de polícia Alana Sousa Lima realçou a importância de iniciativas como a que se adotava naquela audiência pública para o combate à violência contra a mulher, a propósito do que destacou que o artigo 7º da Lei Maria da Penha previa sanção inclusive para a violência psicológica, que se dava cotidianamente nos lares brasileiros sem que as crianças se dessem conta dessa infração. Nesta ocasião, a delegada de polícia Alana Sousa Lima ressaltou a necessidade de pressão social contra os agressores de mulheres. Ao se manifestar da Tribuna, a chefe do Departamento de Feminicídio, delegada Wanda Moura Leite, observou que transcorria o “agosto Lilás”, quando se intensificava as ações de combate à violência contra a mulher, a propósito do que enfatizou que a principal ferramenta de combate a essa criminalidade era a educação, a informação e a conscientização. Nesse sentido, a chefe do Departamento de Feminicídio, delegada Wanda Moura Leite, lamentou a predominância da mentalidade machista enraizada na sociedade, razão pela qual a violência se dava num *continuum* que eclodia em agressões e assassinatos, após o que apontou a necessidade do comprometimento de todos no combate a essa criminalidade. Logo depois, a secretária-adjunta da Mulher, Ana Cristina Costa Porto, frisou a importância da proteção física e da assistência psicológica que esse órgão prestava às mulheres vítimas de violência doméstica, o que representava considerável avanço instituído pelo Governo do Estado nessa área. A seguir, a secretária-adjunta da Mulher, Ana Cristina Costa Porto, enfatizou a extrema necessidade da participação dos homens na causa da defesa e proteção à mulher para a superação dessa problemática, a propósito do que realçou a relevância da instituição da cultura do respeito e da paz para o processo de civilização. Instantes depois, a secretária-adjunta da Mulher, Ana Cristina Costa Porto, advertiu que os prejuízos causados pela violência contra a mulher se estendiam por toda a sociedade, especialmente às crianças que sofriam deletério impacto das agressões verbais e físicas dos pais contra as mães. Por fim, a secretária-adjunta estadual da Mulher, Ana Cristina Costa Porto, assinalou que cada um deveria ser instrumento das ações que proporcionassem o desenvolvimento da cultura da paz. Ao fazer uso da tribuna, a comandante da Patrulha Maria da Penha, capitã Aline Meyrelen Melo, ressaltou a importância do projeto de lei proposto pela vereadora Cláudia Fernandes Batista, o qual viria complementar a assistência prestada pelos órgãos oficiais. A esse respeito, a comandante da Patrulha Maria da Penha, capitã Aline Meyrelen Melo, observou que, mais que a punição, era necessária a conscientização do homem de que não lhe competia a propriedade nem o direito de agredir a mulher. Nesta oportunidade, o presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, João Francisco Silva, abriu



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

inscrições aos vereadores que desejassem se manifestar, momento em que se inscreveram os edis: Rogério Lima Avelino, Flamarion de Oliveira Amaral, Aurélio Gomes da Silva e Amauri Alberto Pereira de Sousa. Ao se pronunciar da Tribuna, o vereador Rogério Lima Avelino procedeu à leitura de frase em que se destacava a importância de se servir ao próximo mais que a si mesmo. Em seguida, o edil Rogério Lima Avelino comunicou que apresentaria Projeto de Lei [Nº 19/2022], que “Dispõe sobre a vedação da nomeação de aprovados em concursos públicos ou prova de seleção para ingresso nos órgãos públicos da administração do município de Imperatriz de homens condenados por crimes de violência contra a mulher”, ao qual solicitou o apoio dos colegas vereadores. Por fim, o edil Rogério Lima Avelino se colocou à disposição da causa de defesa e proteção da mulher. Ao se dirigir à Tribuna, o vereador Flamarion de Oliveira Amaral contou que, no ano anterior, sua homenageada na Sessão Solene Alusiva ao Dia Internacional da Mulher fora jovem que havia sido esfaqueada dezesseis vezes pelo companheiro, enquanto o filho testemunhava o crime escondido na residência. Logo depois, o edil Flamarion de Oliveira Amaral assinalou a relevância da convivência familiar pacífica para a saúde e o bem-estar das crianças, razão pela qual ressaltava a importância da educação para a mudança da mentalidade machista. Em seguida, o vereador Flamarion de Oliveira Amaral declarou que, embora reconhecesse que poderia estar equivocado, posicionava-se favoravelmente à pena capital para crimes hediondos como meio de coibição a essas práticas. Por fim, o edil Flamarion de Oliveira Amaral exortou os homens a exercerem o cavalheirismo. Na sequência, o vereador Aurélio Gomes da Silva parabenizou a colega Cláudia Fernandes Batista pela iniciativa da realização da Audiência Pública, após o que contou que participara do processo de criação da Casa da Mulher em Imperatriz, por ocasião da gestão da então secretária estadual da Mulher, Terezinha Fernandes [Terezinha das Neves Pereira]. Instantes depois, o edil Aurélio Gomes da Silva declarou apoio ao projeto de lei a ser proposto pelo colega Rogério Lima Avelino e se colocou à disposição da causa da mulher. Ao se pronunciar da Tribuna, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, afirmou que o parlamento municipal se mantinha de portas abertas à causa da mulher, momento em que enfatizou a relevância do olhar sensível da mulher para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesta oportunidade, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, lamentou as sequelas físicas e psicológicas da violência contra a mulher, a propósito do que realçou a necessidade de se ir além das palavras e de que se implementassem ações realmente efetivas de aplicação da legislação relativa à defesa e proteção da mulher. A esse respeito, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, frisou a importância das representantes oficiais e públicas femininas para a visibilidade das mulheres que se encontravam na esfera menos evidente da sociedade, nas quais se podia identificar, além das sequelas físicas, as dores invisíveis das agressões verbais que muitos acabavam por cometer, momento em que voltou a enfatizar a necessidade de ações práticas nesse sentido. A seguir, o presidente, Amauri Alberto Pereira de



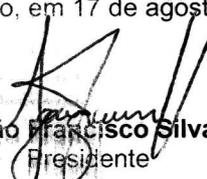
**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Sousa, sugeriu à vereadora Cláudia Fernandes Batista que encabeçasse a formação de Comissão Permanente de homens e mulheres para, em conjunto com a Câmara Municipal, dar suporte ao prosseguimento das ações sugeridas em defesa da causa da mulher. Nessa perspectiva, recomendou a identificação das leis de cidades onde houvesse maior respeito às mulheres para implementá-las em Imperatriz, onde dia a dia vidas ainda eram tiradas, a propósito do que observou que, ante a falta de perspectiva de apoio, muitas mulheres se sentissem sós. Nesta oportunidade, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, ressaltou que, quando uma mulher era agredida, toda a sua família sofria consequências negativas. Em seguida, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, registrou cumprimentos à servidora decana Faraildes de Oliveira Araújo, que se encontrava ausente por consequente de acidente de trânsito, momento em que solicitou aos presentes salva de palmas à referida servidora, que disse estar certo de que logo reassumiria suas atribuições na Câmara Municipal. Ao fazer uso da palavra, a vereadora Cláudia Fernandes Batista lembrou que havia protocolado na Secretaria da Câmara Municipal requerimento de criação da Procuradoria da Mulher, a propósito do que o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, solicitou à Procuradora Geral da Casa a identificação dos meios jurídicos que fundamentassem a instituição desse órgão. Ao fazer uso da Tribuna, a diretora da Casa da Mulher, Suzan Lucena Rodrigues, parabenizou as mulheres e homens presentes pelo compromisso com a causa social, após o que declarou que, como advogada, tinha a percepção de que a pacificação era a grande missão do Direito. A seguir, a diretora da Casa da Mulher, Suzan Lucena Rodrigues, destacou a necessidade de ampla mobilização dos diversos segmentos da sociedade em prol da causa da mulher. Ao se dirigir à Tribuna, a psicóloga Luciana Silva Abreu se declarou apaixonada pelo social, após o que questionou por que crescia o mal, principalmente nos lares, o que atribuiu à ausência de pessoas de bem, o que estava certa de que faria a diferença. Logo depois, a psicóloga Luciana Silva Abreu lamentou que, por insegurança, medo ou depressão, muitas mulheres permanecessem por décadas sob opressão, apesar da rede de assistência disponível, a propósito do que contou que acordara na madrugada com gritos de socorro de mulher e filhos moradores do prédio em que residia, ocasião em que, chamada, a polícia não adotara medida efetiva, após o que acolhera ela própria a mulher e a encaminhara ao Conselho Tutelar. A esse respeito, a psicóloga Luciana Silva Abreu lamentou que muitas mulheres não contassem com a necessária proteção e, paralisadas pela vergonha e o medo, encontrassem-se desprotegidas, momento em que alertou que a violência contra a mulher não era somente física, mas também psicológica, o que implicava inenarrável sofrimento. Ao fazer uso da palavra, o vereador Flamarion de Oliveira Amaral contou que, minutos antes, o jornalista André Gomes havia ameaçado de agressão estagiária da Câmara Municipal, quando esta lhe explicara a impossibilidade de acesso ao presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, momento em que ordenou aos seguranças da Casa que o detivessem. Na sequência, o presidente da



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

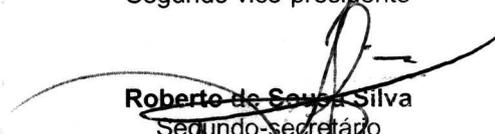
Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, João Francisco Silva, externou sua tristeza ante o fato de que, em pleno século 21, apesar do Estado Democrático de Direito, ainda fosse preciso falar de violência contra a mulher, mãe, esposa, filha, irmã, nas quais deveria recair todo o carinho, todo o perdão. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, João Francisco Silva, acrescentou que julgava igualmente absurdo o racismo, o fato de que alguém fosse destruído em virtude da cor da pele. Ao se pronunciar, a vereador Cláudia Fernandes Batista agradeceu ao colega João Francisco Silva pela condução da Audiência Pública e aos demais presentes pelo comparecimento e participação no evento. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, João Francisco Silva, deu por encerrada a Audiência Pública. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 17 de agosto de 2022.


João Francisco Silva
Presidente

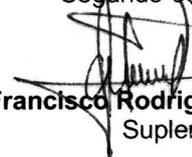

Felipe Morais Andrade
Primeira vice-presidente


Carlos Hermes Ferreira da Cruz
Segundo vice-presidente

Marcio Renê Gomes de Sousa
Primeiro-secretário


Roberto de Sousa Silva
Segundo-secretário

Ricardo Seidel Guimarães
Suplente


Francisco Rodrigues da Costa
Suplente